

ALGUNS DESAFIOS DA LEITURA LITERÁRIA NO BRASIL

SOME CHALLENGES OF LITERARY READING IN BRAZIL

Antonio Artequilino Silva Neto  <https://orcid.org/0000-0003-0729-4462>

Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Faculdade de Letras - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP - Brasil

arteqneto@gmail.com

Paulo Jaime Lampreia Costa  <https://orcid.org/0000-0003-3650-5492>

Centro de Investigação em Educação e Psicologia

Universidade de Évora - Portugal.

plc@uevora.pt

Ângela Maria Franco M. Coelho de Paiva Balça  <https://orcid.org/0000-0002-4159-7718>

Centro de Investigação em Estudos da Criança

Universidade de Évora - Portugal.

apb@uevora.pt

DOI: [https:// 10.5281/zenodo. 18227760](https://10.5281/zenodo.18227760)

Recebido em 24 de março de 2025

Aceito em 17 de abril de 2025

Resumo: Este artigo analisa aspectos da leitura literária a partir dos resultados da 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2024), considerada uma das principais fontes de dados sobre os hábitos literários dos brasileiros. Além disso, o presente estudo parte do pressuposto de que a literatura é um bem cultural sumamente indispensável para a formação de pessoas críticas e participativas, razão pela qual defende a instituição de um modelo educacional capaz de priorizar a democratização do acesso ao livro literário e o fortalecimento das práticas de estímulo à leitura. Para tanto, propõe a capacitação de professores das áreas de Língua e Literatura em atividades capazes de valorizar e impulsionar a leitura literária no contexto escolar. A análise dos dados da 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil destaca, prioritariamente, as mudanças nas práticas da leitura literária dos brasileiros e aponta a preocupante perda de quase sete milhões de leitores nos últimos quatro anos. Conclui que a tarefa de ampliar os índices de leitura e de fortalecer a cultura literária deve ser política pública essencial e perene no Brasil.

Palavras-chave: Leitura literária. Livros. Brasil. Comportamento do leitor.

Abstract: This article analyses aspects of literary reading based on the results of the 6th edition of the Retratos da Leitura no Brasil survey (2024), considered one of the main sources of data on the literary habits of Brazilians. In addition, this study is based on the assumption that literature is an extremely essential cultural asset for the formation of critical and participatory people, which is why it advocates the establishment of an educational model capable of prioritising the democratisation of access to literary books and the strengthening of practices to encourage reading. To this end, it proposes the training of language and literature teachers in activities capable of valuing and boosting literary reading in the school context. The analysis of data from the 6th edition of the Retratos da Leitura no Brasil survey highlights, first and foremost, the changes in literary reading practices among Brazilians and points to the worrying loss of almost seven million readers in the last four years. It concludes that the task of increasing reading rates and strengthening literary culture must be an essential and perennial public policy in Brazil.

Keywords: Literary reading. Books. Brazil. Reader behaviour.

1 Introdução

O acesso universal ao livro na promoção de práticas de leitura, escrita e formação de leitores literários, dentro e fora do contexto escolar, tornou-se um assunto de fundamental importância para a educação, pois a capacidade de ler criticamente (perceber, tentar compreender e interpretar o que é lido) e escrever com desenvoltura (produzir de forma sistemática conteúdos culturalmente apropriados) valoriza a linguagem como prática social, indispensável ao avanço do processo civilizatório.

Assim sendo, no ambiente de ensino e aprendizagem da sala de aula, o professor de língua portuguesa tenta impulsionar o desenvolvimento da competência leitora dos alunos, mas enfrenta inúmeras contingências e dificuldades resultantes das mazelas do sistema de ensino brasileiro, as quais permanecem a cada ano e continuam a criar severos obstáculos para o aprendizado das práticas leitoras de uma maneira geral. Consequentemente, o incentivo às práticas de leitura literária inexistente na vasta maioria das salas de aula do ensino público e privado no Brasil.

Nesse contexto, existe a premente necessidade de formar cidadãos leitores, com capacidade para tentar compreender e transformar o quadro de adversidades no qual estão inseridos milhões de brasileiros. Não obstante, ao longo do percurso histórico, aconteceu a expansão da capacidade leitora apenas de determinadas parcelas da população em virtude de interesses religiosos, políticos ou econômicos. Em outras palavras, historicamente, foi assegurado o acesso aos livros e à leitura dos integrantes das classes mais abastadas, provenientes das elites oligárquicas que detinham o poder político e concentravam entre si o poder econômico. Não por acaso, mas em razão da manutenção do poder e da riqueza nas mãos de poucos, atualmente, as camadas sociais com maior poder aquisitivo podem comprar livros, dispor de tempo para a leitura e custear despesas com educação de qualidade, ao passo que as massas de desfavorecidos e socialmente injustiçados permanecem à margem de uma sociedade desigual e excludente.

Afinal, a leitura deve ser privilégio de poucos ou direito todos? O que fazer para que sejam superadas as grandes contradições do nosso ensino? Qual é a importância da literatura no processo de formação do leitor crítico? Quais são os principais aspectos do comportamento dos leitores no Brasil? Qual é o papel da escola na promoção da leitura literária e da formação do leitor? São muitas as questões sobre as quais podemos nos debruçar, mas existe uma ação que devemos priorizar: a formação de cidadãos leitores, capazes de compreender melhor a realidade para, a partir daí, poder transformá-la. O estudante brasileiro, unido linguisticamente pela língua portuguesa, tem o direito à leitura literária na escola e também fora dela, mas como garantir esse direito?

Sabemos que o diálogo com o referencial teórico é imprescindível para quem investiga, motivo pelo qual este artigo científico é resultado de longas leituras, diálogos construtivos, experiências edificantes, observações atentas e de profícuas reflexões realizadas, sobretudo, durante estudos de pós-doutoramento realizados na Universidade de Évora no período de setembro a dezembro de 2022 (presencialmente) e, desde então, à distância, por meio de interações permanentes e produções de caráter investigativo.

2 Tópicos sobre o percurso histórico da leitura no Brasil

O território nacional de Portugal foi consolidado em 1249, quando o rei Dom Afonso III conseguiu conquistar definitivamente Algarve (região sul de Portugal) dos mouros. No período entre 1383 e 1385, aconteceu no país a Revolução de Avis,

responsável por colocar João, mestre de Avis no trono de Portugal. Sendo assim, a estabilidade política do país foi consolidada a partir do final do século XIV e as grandes navegações, conhecidas como expedições exploratórias, foram organizadas no século XV. O Brasil foi oficialmente descoberto pelo navegador português Pedro Álvares Cabral (cavaleiro da Ordem de Cristo desde 1494) no dia 22 de abril de 1500. Por conseguinte, a história da educação brasileira, pós-descobrimento, começa com a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549. (Villalta, 2002).

Os religiosos da Companhia de Jesus chegaram ao Brasil com o objetivo de converter os índios ao cristianismo e de propagar a fé católica. Para tanto, também ensinam aos nativos saberes básicos, como ler e contar. Os jesuítas assumiram também a educação dos colonos e o primeiro colégio foi criado na Bahia no ano de 1564. Em função de radicais diferenças de objetivos entre os jesuítas e os interesses da Corte, Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) ordena a expulsão dos jesuítas do Brasil em setembro de 1759 (Ferreira, 1966).

Hansen (2002), conclui que saber ler era uma habilidade restrita a poucos letrados que ocupavam lugares institucionais da hierarquia, nos aparelhos administrativos, burocráticos e clericais no Brasil colonial. Na condição de objeto de difícil acesso, o livro foi ocupando aos poucos as estantes das casas e sua presença sinalizava conhecimento e poder. A ociosidade em torno da leitura foi retratada nos romances da época como sendo uma característica da sociedade colonial. A leitura em geral, incluindo o gênero literário, fez parte dos afazeres das damas e dos proprietários de terras, engenhos e comércios. O trabalho foi entregue principalmente aos pobres e aos escravos, fato que permitia às elites escravocratas a possibilidade de obtenção do letramento, de dedicação aos sarais, aos bailes, à leitura de livros e aos debates literários (Prado Júnior, 2011).

De fato, na colônia brasileira, ler era privilégio de uma classe economicamente abastada. A leitura dependia do comércio dos livros (majoritariamente importados da Europa com circulação controlada por Lisboa). Ademais, no ano de 1747, o Rei D. João V mandou sequestrar todas as letras de imprensa que estivessem em uso no Brasil. A restrição não somente ao comércio de livros, mas também à imprensa no período colonial, fez com que as letras brasileiras nascessem sob o signo da censura, o que incentivou o contrabando de obras e a impressão clandestina (Martins, 2002).

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, foi um marco importante no desenvolvimento educacional, pois com o intuito de atender as necessidades do novo centro do Império Português, D. João VI criou duas escolas de medicina (Rio de Janeiro e Salvador), transferiu a Biblioteca Real (atual Biblioteca Nacional) e criou a Imprensa Régia (responsável pelo primeiro jornal impresso). Na análise da formação da leitura no Brasil, Lajolo e Zilberman (2003) destacam o fim da censura a partir de 1820, em decorrência da constituição imposta a D. João VI, após a Revolução Liberal do Porto. Por conseguinte, cresceram significativamente as oportunidades de leitura em um país de parco consumo das letras e com um contingente bastante reduzido de leitores. Por outro lado, a população iletrada também crescia, impulsionada pelo aumento do número de escravos provenientes do continente africano (Lima, 1981).

Vale acrescentar que a resistência ao escravismo colocou em evidência a exclusão do negro do processo de letramento no Brasil. Um grande exemplo a ser ressaltado foi Luiz Gama, um dos raros intelectuais negros do Brasil do século XIX. De fato, Luiz Gonzaga Pinto da Gama foi o primeiro advogado negro do Brasil. Aprendeu a ler apenas aos 17 anos de idade, tornou-se autodidata e enveredou-se pelo estudo do Direito ao frequentar, na condição de ouvinte, as aulas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que atualmente faz parte da Universidade de São Paulo (USP).

Isto posto, resta evidente que o domínio da leitura e da escrita por Luiz Gama nos tribunais possibilitou a libertação de mais de 500 negros. Sua obra literária foi publicada em vida na 1ª. edição de 1859, “Primeiras Trovas Burlescas”, uma sátira racial e política (Ferreira, 2011).

Deveras, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1808 e 1821, a população aumentou de 20% para 45% do total de habitantes (Algranti, 2011). Tal fato aponta o crescimento de uma pequena elite cultural que ampliou seus domínios nas letras e o aumento de um grupo iletrado, violentamente sequestrado do seu ambiente cultural na África. Assim, o ilustre escritor brasileiro Machado de Assis retratou em sua genial obra “Memórias póstumas de Brás Cubas” (1881), a compra de escravos no Brasil oitocentista:

Um sujeito, ao pé de mim, dava a outro notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Luanda, uma carta em que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças, e outra carta em que... Trazia-as justamente na algibeira, mas não as podia ler naquela ocasião. O que afiançava é que podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos (Assis, 1999, p. 19).

Realmente, Machado de Assis produziu uma vasta e robusta obra no século XIX. Seus escritos permitem a abordagem de vários tipos de comportamento e também da realidade social daquela época, tais como a relação da população com os livros. Com efeito, o instituto da escravidão negra foi um terrível flagelo social que gerou, além de outros problemas, grandes obstáculos à ampliação do número de leitores e impediu a democratização do acesso ao texto literário no Segundo Reinado do Império brasileiro.

O historiador inglês Laurence Hallewell, estudioso da trajetória do livro no Brasil, discorreu sobre os eventos que, direta ou indiretamente, contribuíram para favorecer a cultura da leitura literária no Brasil, principalmente no que diz respeito à impressão e distribuição de livros. Daí, destacou a importância do fim do monopólio do governo sobre a imprensa em 1821 e a criação do ensino superior no Brasil em 1827. Efetivamente, o então Imperador Dom Pedro I, criou por decreto as duas primeiras faculdades do Brasil: a Faculdade de Direito de São Paulo e a Faculdade de Direito de Olinda, posteriormente transferida para Recife (Hallewell, 2005).

A preocupação das elites brasileiras com a precariedade do sistema educacional crescia na medida em que, cada vez mais era necessário garantir o acesso às letras. Ora, antes de enviar os filhos à Europa, era preciso promo

ver sua educação no ensino primário e secundário no Brasil onde, por volta de 1870, o número de analfabetos, segundo o célebre político, jurista, diplomata e escritor Rui Barbosa, chegava ao espantoso e inaceitável percentual de 78,11% do total da população (Barbosa, 2010).

Na Primeira República (1889-1930), a “Constituição Republicana retirou do Estado a obrigação de fornecer educação primária constante da Constituição de 1824” (Carvalho, 2002, p. 58). O governo republicano demonstrou desinteresse em difundir a educação primária e manteve a descentralização do sistema escolar. Neste período ocorreram muitas reformas no ensino secundário e superior, porém, poucas mudanças ocorreram no ensino primário. Entre 1930 a 1964, aconteceu o aumento da urbanização e da industrialização com o consequente crescimento da demanda social por acesso à escolaridade e ao ensino. Na década de 1980, com o processo de redemocratização do país, mudanças significativas ocorreram, assim como assevera Carvalho:

A década de 1970 a 1980 os estudos acerca da alfabetização o progresso mais importante se deu na área da educação fundamental, que é fator decisivo para a cidadania. O analfabetismo da população de 15 anos ou mais caiu de 25,40 em 1980 para 14,7% em 1996. A escolarização da população de sete a 14 anos subiu de 80% em 1980 para 97% em 2000. O progresso se deu, no entanto, a partir de um piso muito baixo e refere-se sobretudo ao número de estudantes matriculados. O índice de repetência ainda é muito alto. Ainda são necessários mais de dez anos para se completarem os oito anos do ensino fundamental. Em 1997, 32% da população de 15 anos ou mais era ainda formada de analfabetos funcionais, isto é, que tinham menos de quatro anos de escolaridade (2002, p. 206).

Nesse contexto de grandes demandas sociais destaca-se a Constituição Federal de 1988, que trouxe inúmeros avanços para diversas áreas da sociedade, incluindo a educação. No capítulo em que aborda a educação, cultura e desporto, garante, no seu artigo 205, a educação como direito de todos, dever do Estado e da família. Ainda, no artigo 211, a Constituição determina o papel dos entes federados - União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Brasil, 2004). A retomada da democracia desde 1985, fortaleceu o anseio coletivo por mudanças que postulam o caráter emancipatório do conhecimento em favor do exercício da cidadania em sua plenitude (Freire, 1995).

Nos dias atuais, com a intenção de impulsionar as práticas de leitura e escrita o Governo da República Federativa do Brasil instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita por meio da Lei nº 13.696/2018 (Brasil, 2018). Trata-se de um marco legal que estabelece uma estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. Contudo, apesar dos esforços governamentais para promover melhorias, a realidade no ambiente escolar brasileiro traz à tona um problema bastante preocupante concernente à leitura:

Segundo os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016, 54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental apresentaram desempenho insuficiente no exame de proficiência em leitura. Desse total, cerca de 450 mil alunos foram classificados no nível 1 da escala de proficiência, o que significa que são incapazes de localizar informação explícita em textos simples de até cinco linhas e de identificar a finalidade de textos como convites, cartazes, receitas e bilhetes (Brasil, 2019, pág. 10).

Além disso, a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) permitiu constatar que o grau de proficiência em Língua Portuguesa está correlacionado com o nível socioeconômico, o que indica um forte papel da família na educação. Além disso, o descompasso entre os resultados de leitura e os de escrita sugere a necessidade de mudanças no processo de ensino-aprendizagem desde o início do processo da alfabetização elementar. Por conseguinte, vale a pena averiguar o que revelou no ano de 2020, o Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Renabe):

Com esse gravíssimo quadro educacional, nega-se, mesmo àqueles que frequentam escolas regularmente, o direito à aprendizagem em seu nível mais básico, o qual se constitui na compreensão do que se lê e do que se escreve. O letramento consiste num dos direitos humanos mais elementares e dele depende a democracia, o Estado Democrático de Direitos e o bem comum. (Renabe, 2020, pág. 8).

Sabemos que a prática da leitura literária no contexto escolar requer, como ponto crucial de partida, a alfabetização. No entanto, os dados do Renabe denunciam a

precariedade do ensino, as graves deficiências no processo de letramento infantil, o despreparo docente e a má gestão dos recursos que financiam a educação. Tudo isso têm o poder de afastar a criança do texto que deveria ser lido, discutido, refletido e compreendido em seus aspectos mais elementares.

Apesar de ter acontecido um aumento no nível de instrução dos brasileiros, são gritantes as desigualdades no acesso e permanência na escola de inúmeros estudantes. Além disso, o fracasso escolar permanece em nível acentuado nas populações economicamente mais vulneráveis (IBGE, 2019). A situação atual preocupa porque sabemos que a educação é um imperativo civilizatório: consiste no desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, incluindo a urgente tarefa da formação de leitores críticos, autônomos, participativos, criativos e capazes de transformar a realidade da qual fazem parte e na qual encontram-se inseridos (Freire, 1988).

3 A leitura literária

Assim como já foi visto neste artigo, a história da leitura no Brasil aglutina, além de diversos fatores relevantes, o percurso das instituições encarregadas de sustentá-la e, não por acaso, a principal de tais instituições é a literatura. Além do mais, a literatura pode ser descrita de inúmeras formas, como bem destaca Ricardo Azevedo:

Do meu ponto de vista, a literatura lembra uma frondosa árvore cheia de galhos e esses galhos representam diferentes literaturas, todas legítimas e todas irmãs, pois são fruto de um mesmo tronco. As chamadas literaturas para crianças e jovens são galhos dessa mesma e única árvore onde florescem as outras literaturas. As formas literárias populares, contos, quadras etc. também. Qual o ponto comum entre esses galhos? O caráter estético da obra literária e na verdade de toda obra de arte (Azevedo, 2020, p. 23).

Por outro lado, a literatura é definida por Bosi (2006) como sendo a produção de um sujeito autor que se faz presente, consciente do seu papel de construtor de uma narrativa subjetiva. Isto posto, Ricardo Azevedo oferece, mais uma vez, o seu entendimento sobre o assunto e acrescenta algumas contribuições valiosas:

Tento dizer que, antes de mais nada, a literatura e a arte, sejam adulta, infantil, juvenil ou popular, tanto faz, devem ter certas características que são de caráter estético e não ideológico ou pertencente a alguma escola literária. Coisas como sua originalidade; sua capacidade ficcional (e a ficção é uma forma extraordinária de experimentar a verdade); recursos como a metáfora (o texto diz uma coisa, mas parece querer dizer outra); o menor uso possível de estereótipos e fórmulas prontas; a exploração inventiva e consciente da linguagem; a linguagem marcada pela subjetividade; a abordagem de temas humanos complexos - chamo de “assuntos que ninguém sabe” porque não podem ser ensinados. Por exemplo, a busca do autoconhecimento; as paixões; as contradições e as ambiguidades humanas; as angústias, a construção da própria voz, a colisão entre as idealizações e a realidade, a morte, etc. (Azevedo, 2020, p. 24).

Ora, sabemos que a obra literária interage com seu tempo histórico, determinando sua unidade artística que, definitivamente, não pode ficar imune ou alheia ao sistema ideologicamente aceito pela maioria, quer pela sua aceitação ou rejeição, todavia, como afirmou Azevedo, a importância da literatura não advém dessas questões. Diante disso, podemos dizer que o ato de ler é orientado por objetivos, pela busca

intencional de informações, entretenimento, aprendizado ou como forma de subsidiar o pensamento crítico sobre relevantes aspectos da existência humana.

Efetivamente, quando se trata de leitura literária é necessário que o leitor alcance a dimensão estética da arte e, nesse sentido, através da reflexão crítica, Bosi (2006) manifesta sua preocupação com qualidade estética do texto. Em seu vasto manancial teórico-crítico, o referido autor, professor emérito da Universidade de São Paulo, crítico e historiador da literatura brasileira, membro da Academia Brasileira de Letras de 2003 a 2021, explicitou a riqueza de inúmeras relações teóricas e as utilizou largamente na defesa da literatura e da leitura literária. Alfredo Bosi defendeu veementemente que “é a qualidade estética do texto que ainda deve importar como primeiro critério de inclusão no vasto mundo da narrativa; só depois, e em um matizado segundo plano, é que interessam o assunto ou a visibilidade dos seus referentes (Bosi, 2006, p.438).

Obviamente, formar leitores de qualquer gênero textual é tarefa elementar do professor de Língua Portuguesa. Contudo, a leitura literária possui atributos que a singularizam como ação cognitiva que vai muito além do simples ato de decodificar:

Que a leitura é importante, todos sabemos: a leitura ajuda o indivíduo a se posicionar no mundo, a compreender a si mesmo e à sua circunstância, a ter suas próprias ideias. Mas a leitura da literatura é ainda mais importante: ela colabora para o fortalecimento do imaginário de uma pessoa, e é com a imaginação que solucionamos problemas. Com efeito, resolvem-se dificuldades quando recorremos à criatividade, que, aliada à Inteligência, oferece alternativas de ação. (Zilberman, 2012, p.148).

Deveras, a leitura literária é plural, produz significados, provoca curiosidade e desperta a subjetividade do leitor em suas práticas de leitura. O texto literário distingue-se dos textos das ciências da história, da matemática, da filosofia, da psicologia, da sociologia e de todas as outras áreas do conhecimento humano, apesar de poder contemplá-las no amplo e criativo processo de produção da literatura (Balça, 2013).

Além do mais, o texto literário não é um registro linguístico fugaz, pode ser preservado na tradição oral e escrita na condição de ser intemporal, ao passo que a escola é o espaço privilegiado para a formação de leitores literários. O aluno, leitor literário, possui aptidão para ler a pluralidade de sentidos, pois a educação literária envolve subjetividades, complexidades e outros conceitos abstratos, ao mesmo tempo em que valoriza a forma concreta da vida e a interação dos sujeitos no mundo tendo por propósito a “formação de um sujeito leitor livre, responsável e crítico” (Rouxel, 2013, p. 20).

A leitura de um texto literário estimula o aluno a pensar sobre si mesmo e sobre o mundo, pode instigá-lo a imaginar realidades diferentes, desperta sentimentos, promove reflexões, permite analogias de um texto com outros textos, intensifica o ímpeto por questionamentos e produz significados. Afinal, o “texto literário é aquele em que a comunicação não se opera e não atua ao nível só consciente, mas a outro nível, que podemos chamar simbólico [...]. O texto é o pretexto de significações mais fundas” (Centeno, 1986, 57-58).

Ora, se a literatura oferece o texto literário na forma narrativa, poética ou teatral, é possível concluir que, em razão da sua versatilidade e riqueza de sentidos, o termo literatura é polissêmico. A rigor, também é plausível afirmar que a literatura pertence ao campo das artes e que sua definição está associada à ideia de valor estético. Em sua complexidade o fenômeno literário alcança as dimensões sociocultural, histórica e estética. (Reis, 1992).

De acordo com Tzvetan Todorov “a literatura é uma linguagem não instrumental e o seu valor reside nela própria” (2014, p. 18). Ele acrescenta que “a arte é uma imitação diferente segundo o material que utiliza; e a literatura é imitação pela linguagem, tal como a pintura é imitação pela imagem” (Todorov, 2014, p. 15-16). Logo, é possível concluir que literatura é uma forma de arte que se utiliza da palavra como meio de expressão humana. Dessa forma, de acordo com Costa (2006), torna-se razoável dizer que a palavra literatura evoluiu com o tempo e está carregada de possíveis significados:

Se considerarmos a evolução no significado do vocábulo literatura, aquela remete-nos para a relação entre áreas como a ciência, a filosofia e a arte. Com a progressiva autonomização da ciência, da filosofia e das artes, bem como a própria emergência do que hoje consideramos o campo literário, restringe-se igualmente o leque de significados possíveis para o termo literatura. Perdendo toda a carga das temáticas de índole científica, afasta-se de uma certa elite intelectual, definida como contraponto de um conceito de público, tido como mais próximo da vulgaridade (p. 103-104).

Sem dúvida, ao perder toda a carga das temáticas de índole científica o vocábulo “literatura” aproxima-se de uma universalidade mais ampla, constituída por um número cada vez maior de pessoas. Nesse sentido, o texto literário deve ser acessível, não pode ser privilégio de poucos e tampouco exclusividade das elites. Por sua importância, a literatura deve agraciar mais e mais pessoas no afã de oferecer a oportunidade de contato com situações capazes de ampliar a compreensão do mundo por parte do leitor.

A leitura de obras literárias pode instigar o leitor a refletir, sonhar, pensar, criar, desenvolver empatia, cultivar anseios e sentir emoções. À vista disso, o célebre escritor português Fernando Pessoa no seu “Livro do Desassossego” afirmou categoricamente: “Tenho fome da extensão do tempo, e quero ser eu sem condições” (Pessoa, 2011, trecho 14). Decerto, por ser capaz de transpor limites de tempo e espaço a literatura promove a tensão ontológica entre o ser e o ser mais (mais humano, mais consciente e mais crítico). Além disso, no seu livro “Que é literatura?” o filósofo francês Jean Paul Sartre enfatizou: “Essa paisagem, se dela nos desviarmos, se estagnarà, longe dos olhos, em sua permanência obscura. Pelo menos ela só se estagnarà: não há ninguém suficientemente louco para acreditar que ela desaparecerá” (Sartre, 2004, p. 34). Destarte, o filósofo francês faz uma analogia interessante ao citar a permanência da paisagem e, simbolicamente, coloca a literatura em patamar privilegiado de grandeza e perenidade, apesar de alertar para o risco da estagnação caso aconteça qualquer desvio.

Nessa mesma direção, crítico literário Antonio Candido teme a inércia causadora de retrocessos ao afirmar que a literatura é um direito básico do ser humano: “[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob a pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e nos humaniza” (Candido, 1989, p. 122).

O autor discorre ainda sobre a literatura no contexto educacional e civilizatório:

[...] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a

capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor (Candido, 1989, p. 113-117).

Sem dúvida, na sua singular condição de instrumento poderoso de instrução e educação, a literatura possui importância primordial na escola, sendo seu ensino essencial para a formação de jovens leitores e, como não poderia deixar de ser, para a valorização da língua e da cultura. Sendo também manifestação da linguagem geradora da expressão estética a literatura promove o exercício emancipatório da reflexão e da humanização. Vale asseverar que o ambiente escolar se consolidou como espaço privilegiado para proporcionar aos alunos o encontro com o texto literário (Freitas, 2020).

4 Aspectos da formação do leitor literário

São muitas as perspectivas que permitem diferentes abordagens acerca da leitura, cada qual com suas distintas teorias e correntes de pensamento (história cultural, linguística, pedagogia, ciências sociais, psicanálise, comunicação, estudos literários, dentre muitas outras possibilidades). Ademais, no extenso rol das possibilidades de leitura existem inúmeros gêneros textuais que também são denominados gêneros de texto ou gêneros do discurso (Bakhtin, 1997).

O ato de ler não pode prescindir do exercício intelectual, da intencionalidade e da tentativa de compreensão do texto lido que implica na construção do sentido. À vista disso, “o sentido do texto não é algo que se acrescenta ao texto, é, repito, o próprio texto” (Bértolo, 2014, p. 48). Indo nessa direção, é possível postular que o processo de formação do leitor literário constitui-se na apropriação subjetiva de bens culturais e artísticos, do exercício da reflexão, da construção do conhecimento e da tomada de consciência. Contudo, a formação de leitores literários instiga um rol de preocupações, indagações e dúvidas no contexto educacional, pois não é uma tarefa fácil:

Formar leitores literários hoje constitui um desafio e uma necessidade. Um desafio porque, sendo uma atividade voluntária, que se alcança pela recriação de espaços e momentos de prazer e fruição, não existe propriamente uma estratégia que possa ser considerada como única e eficaz para a obter (Azevedo, 2018, p. 5).

Logo, a ausência de estratégias adequadas no campo da educação literária e o desconhecimento da didática da literatura pelos professores são grandes desafios que precisam ser superados. No entanto, as dificuldades encontradas no ensino de literatura e, conseqüentemente, na formação de leitores críticos no espaço escolar são imensas:

[...] estamos adiante da falência do ensino da literatura. Seja em nome da ordem, da liberdade ou do prazer, o certo é que a literatura não está sendo ensinada para garantir a função essencial de construir e reconstruir a palavra que nos humaniza. Em primeiro lugar porque falta um objeto próprio de ensino. [...] Depois, falta a uns e outros uma maneira de ensinar que, rompendo o círculo da reprodução ou da permissividade, permita que a leitura literária seja exercida sem o abandono do prazer, mas com o compromisso de conhecimento que todo saber exige. (Cosson, 2014, p. 23).

Diante do exposto, podemos assegurar que a tarefa de formar leitores literários é urgente e inadiável. Porém, exige a escolha de estratégias apropriadas para cada

contexto escolar. Vale ressaltar que a educação literária possui a finalidade de formar leitores capazes de elaborar conceitos, manipular instrumentos culturais e conferir um sentido para si mesmos e para o mundo em que vivem, mas o que é ser leitor de literatura?

Ser leitor de literatura na escola é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentidos. Esse aprendizado crítico da leitura literária, que não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda experiência estética, é o que temos denominado aqui de letramento literário (Cosson, 2014, p. 120).

Dado isso, podemos deduzir que a educação literária tem o propósito de sobrepujar a apatia e a passividade do aluno diante da leitura literária, pois possibilita “o direito ao imaginário, o direito de se apropriar dos bens culturais que contribuem em todas as idades da vida à construção ou à descoberta de si mesmo, à abertura para o outro, ao exercício da fantasia, à elaboração do espírito crítico” (Petit, 2013, pág. 23). Por isso, cabe à escola a tarefa de despertar nos alunos o interesse pela leitura literária e de garantir o direito de acesso ao texto literário qualitativamente adequado ao desenvolvimento do senso crítico, do apreço pela estética, do discurso da criação literária e da sensibilização para as questões mais importantes do viver humano.

Ademais, a integração entre o texto literário e a dimensão social da escola pode mostrar aos alunos as possibilidades de significação da própria língua por meio da qual o texto literário permite, em sua condição artística e polissêmica, expressar a realidade através da ficção. Portanto, ensinar literatura na escola não é apenas elencar uma série de textos ou autores e classificá-los num determinado período literário, mas sim revelar ao aluno o caráter atemporal, bem como a função simbólica e social da obra literária dentro dos estudos e da aprendizagem da língua portuguesa (Lajolo, 2001).

Atualmente, de forma muito preocupante, o ensino de literatura enfrenta, no contexto educacional brasileiro, diversos problemas relacionados ao cumprimento das diretrizes do currículo escolar, principalmente na tarefa imprescindível de formar leitores críticos e de disseminar boas práticas de leitura no contexto da sala de aula. Entretanto, quais são os comportamentos e as práticas de leitura dos brasileiros atualmente? Certamente, a tentativa de compreensão de aspectos comportamentais dos leitores de literatura no Brasil poderá contribuir para o planejamento de políticas públicas e até mesmo no processo de elaboração de programas de incentivo à leitura literária em todas as regiões do país. Sendo assim, analisaremos em seguida os resultados da 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2024), concernente à leitura literária.

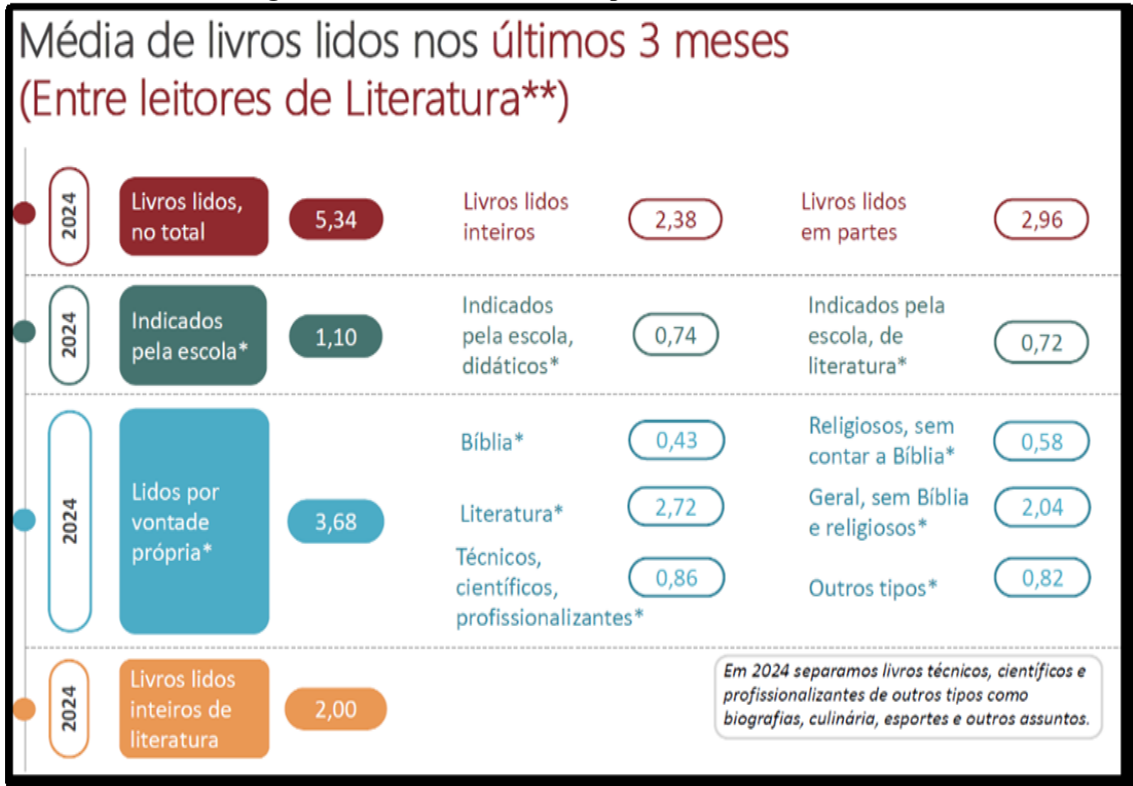
5 Retratos da Leitura no Brasil

Desde o ano de 2007, a cada 4 anos, é realizada em âmbito nacional, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. Trata-se de um trabalho realizado pelo Instituto Pró-Livro que, em termos jurídicos, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), sem fins lucrativos. A referida pesquisa realiza o diagnóstico mais importante sobre a realidade leitora no Brasil e, em sua 6ª. edição, foi aplicada pelo Instituto de Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC) que utilizou como metodologia o padrão internacional de medição do Centro Regional para o Fomento do

Livro na América Latina e o Caribe (CERLALC-UNESCO). Ao todo, foram entrevistadas 5.504 pessoas com 5 anos e mais de idade, sem requisito de escolaridade mínima, nos seus domicílios, espalhados por 208 municípios de todas as regiões do Brasil. Além disso, a coleta dos dados aconteceu no período de 30 de abril a 31 de julho de 2024, sendo a margem de erro de apenas um ponto percentual na totalidade da amostra (IPL, 2024).

Quanto à definição sobre quem efetivamente lê, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil considera como leitor “aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro de qualquer gênero, impresso ou digital, nos últimos 3 meses”, ao passo que define como não leitor “aquele que declarou não ter lido nenhum livro, ou parte de um livro, nos últimos 3 meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses” (IPL, 2024, p. 14). Sendo assim, foi constatado que, nos últimos quatro anos, ocorreu uma redução de 6,7 milhões de leitores no Brasil, tendo em vista que a proporção de não-leitores foi maior do que a de leitores na população brasileira, ou seja, 53% dos entrevistados não leram nem parte de um livro, quer seja no formato impresso ou digital, de qualquer gênero, envolvendo obras de conteúdo didático e religioso, nos três meses anteriores à referida pesquisa. Isto posto, entre os leitores de literatura os percentuais de leitura são os seguintes:

Figura 1 – Média de livros lidos por leitores de literatura



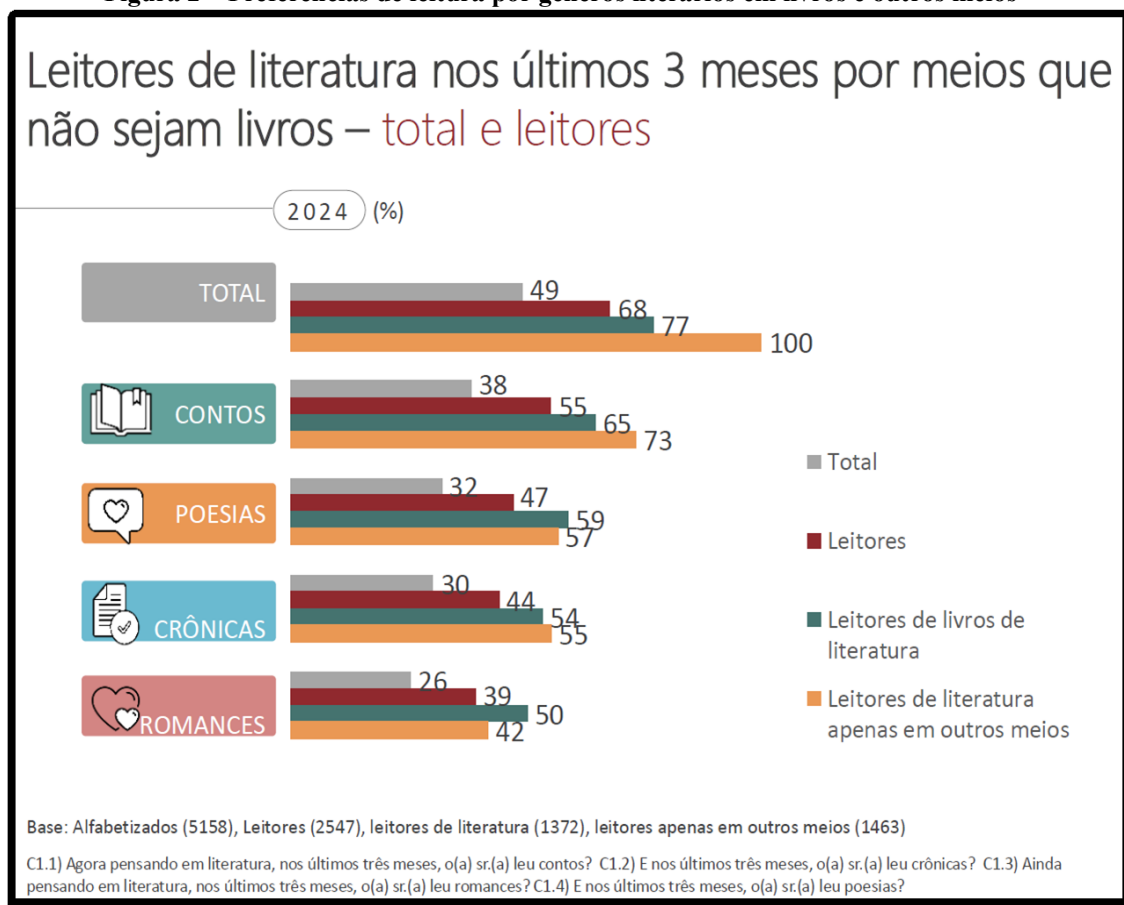
Fonte: 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2024, p. 27)

A pesquisa oferece evidências de que a média de livros lidos nos últimos 3 meses entre leitores de literatura é maior do que a média que envolve leitores em geral, pois assim com mostra a figura 1, os leitores de literatura alcançaram a média de 5,34 de livros lidos no total, sendo que os leitores em geral atingiram apenas a média de 4,36 nesse mesmo item. Quanto ao número de livros literários inteiros que foram lidos pelas pessoas identificadas como leitores de literatura a média chega a 2,00 que equivale ao dobro da média de livros inteiros de literatura lidos pelos leitores em geral que foi de

1,08. Convém esclarecer que, de acordo com os critérios da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, o leitor de livros de literatura “é aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro de literatura (como contos, crônicas, romances ou poesias) por vontade própria, nos últimos 3 meses” (IPL, 2024, p. 36).

Quanto ao formato, modalidade ou dispositivo, os conteúdos de literatura podem ter sido lidos por meios que não sejam necessariamente os livros, ou seja, são encontrados em redes sociais, blogs, sites, revistas, jornais, aplicativos de mensagens e até mesmo em materiais impressos variados, diferentes dos livros físicos. À vista disso, a figura 2 exibe informações sobre gênero literário, incluindo a opção pela leitura em outros meios:

Figura 2 – Preferências de leitura por gêneros literários em livros e outros meios



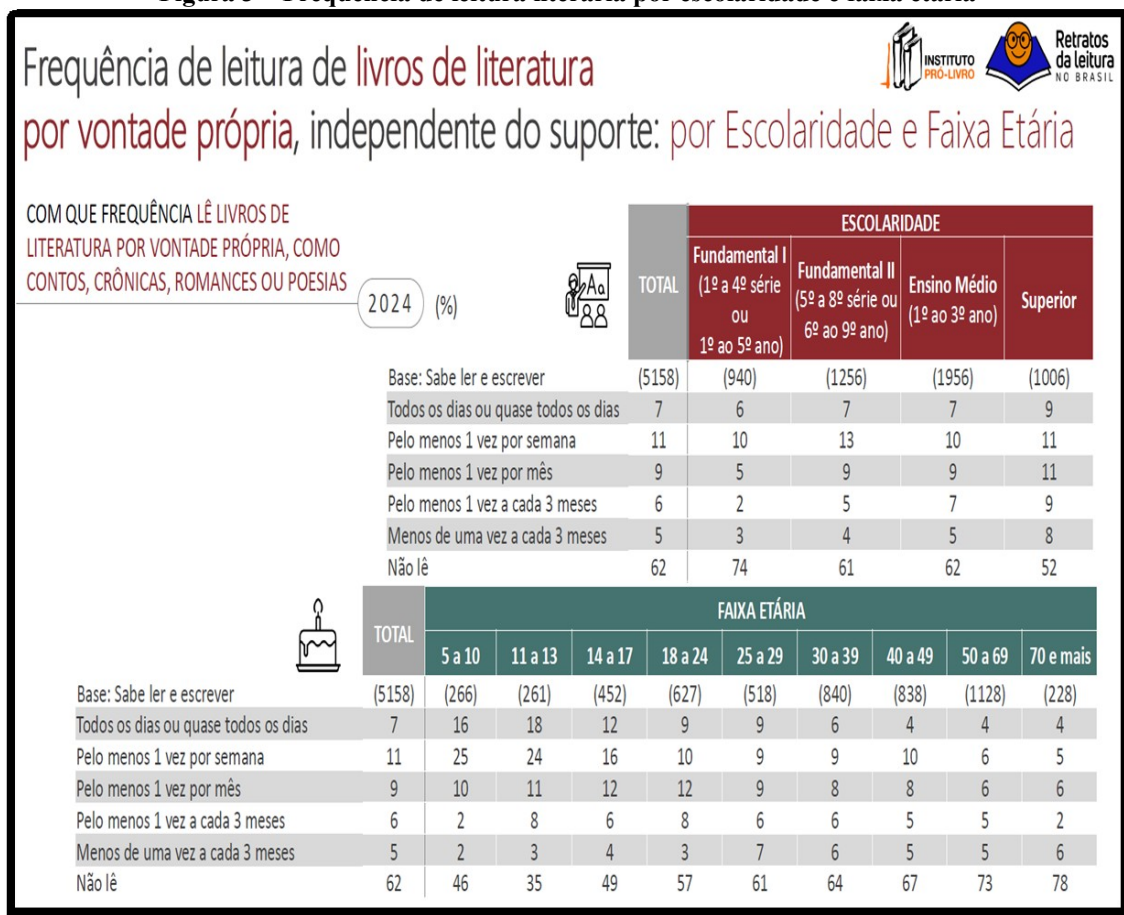
Fonte: 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2024, p. 37)

Os resultados mostram que, apesar do crescimento da preferência pela leitura de livros de literatura em outros meios, ainda existe um número bastante considerável de leitores de literatura que optam pelos livros. Não obstante, o fator mais importante a ser considerado consiste no gosto eclético do leitor literário no que diz respeito aos gêneros que estão à sua disposição. Os romances aparecem com um número mais reduzido de leitores, fato que requer uma ponderação em torno das escolhas de leituras mais rápidas e menos densas. Possivelmente, em razão da escassez de tempo e dos compromissos cotidianos, as pessoas tenham feito no Brasil a opção pelas leituras literárias mais céleres.

Sabemos que a escolha dos autores de livros de literatura é uma questão crucial para os leitores. Nesse sentido, a pesquisa mostra que “52% dos leitores realizaram a

leitura de mais de um livro do mesmo autor” (IPL, 2024, P. 42). Além do mais, a pesquisa verificou a frequência de leitura de livros de literatura por vontade e iniciativa própria dos entrevistados, independente do suporte e considerando a escolaridade e a faixa etária:

Figura 3 – Frequência de leitura literária por escolaridade e faixa etária



Fonte: 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2024, p. 44)

Os dados demonstram com clareza que a frequência na leitura de livros de literatura por iniciativa ou vontade própria dos entrevistados é muito baixa. Como agravante, o nível de escolaridade não apresenta diferenças consideráveis. Mesmo assim, a quantidade de pessoas que afirmaram não ler nenhum livro é menor entre os entrevistados que possuem maior nível de escolaridade em comparação com os demais níveis. No que concerne à faixa etária, os números também são muito preocupantes e revelam que a leitura literária precisa ser incentivada para pessoas de todas as idades.

A pesquisa ainda revela que a maioria dos entrevistados costumam ler livros em casa e, na sequência, por ordem de preferência, em salas de aula, bibliotecas em geral, ambientes de trabalho, transporte coletivo e, por último, em consultórios, salões de beleza e barbearia. Vale destacar adicionalmente que o número de entrevistados que participaram de eventos literários é baixíssimo, pois nos “últimos 12 meses apenas 8% do total de leitores disseram ter participado de algum evento literário, como bienais ou feiras do livro ou festivais de literatura por vontade própria” (IPL, 2024, p. 51). Porém, esse percentual sobe para 18% quando os respondentes são leitores de livros de literatura.

No que diz respeito aos gêneros que costumam ler, grande parte dos entrevistados destacaram sua preferência pela Bíblia como livro principal e isso foi recorrente na série histórica de realização da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil no período de 2011 a 2024. Na sequência vieram os livros literários de contos e romance, bem como os livros com temas religiosos, de poesia, ciências humanas, infantis, didáticos e assim por diante:

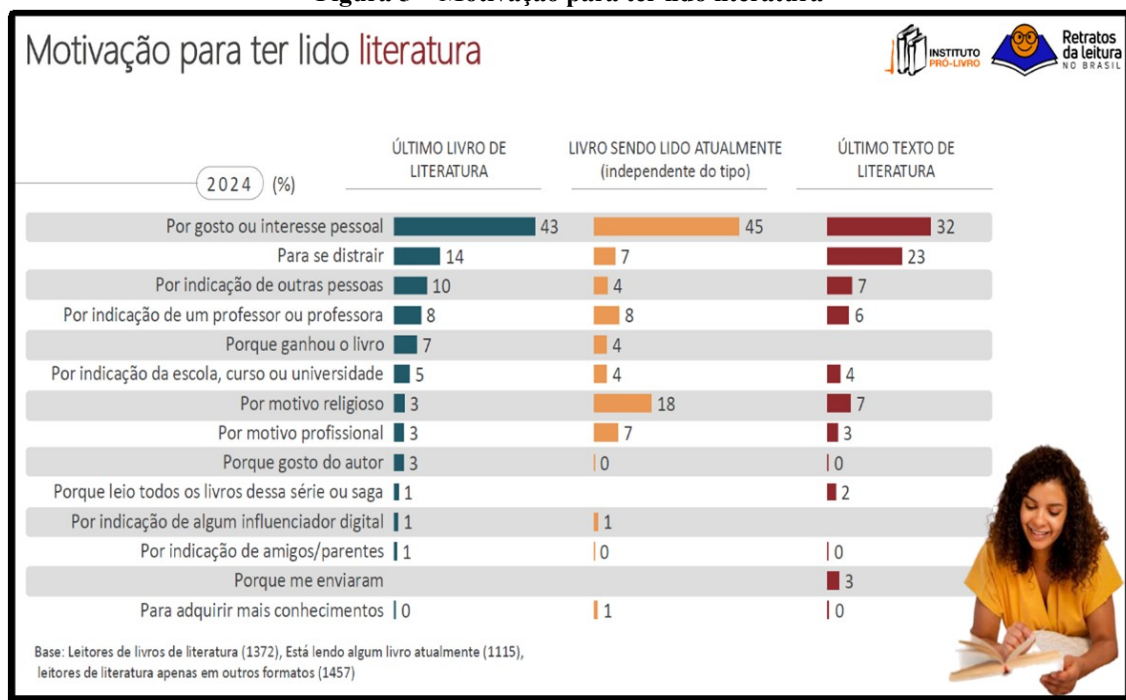
Figura 4 – Gêneros que os leitores costumam ler



Fonte: 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2024, p. 47)

Quanto aos autores mais conhecidos, a pesquisa apresentou, em números absolutos, os 15 escritores mais citados pelos entrevistados, sendo que Machado de Assis ficou em primeiro lugar e foi seguido pelos seguintes autores: “Monteiro Lobato, Mauricio de Sousa, Clarice Lispector, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Cury, Paulo Coelho, Cecília Meireles, Zibia Gasparetto, Chico Xavier, J. K. Rowling, Ariano Suassuna, Fernando Pessoa e Colleen Hoover” (IPL, 2024, p. 82). Com relação à motivação para ter lido livros de literatura a pesquisa demonstra o seguinte:

Figura 5 – Motivação para ter lido literatura



Fonte: 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2024, p. 88)

Na realidade, a análise das práticas de leitura dos brasileiros requer redobrada atenção quanto às motivações dos leitores para a leitura de livros literários. Do ponto de vista educativo, gera grande estranheza o fato dos respondentes da pesquisa terem rejeitado, como motivação para a leitura literária, o anseio de adquirir mais conhecimentos. Conquanto, não há nada de errado com a menção, em primeiro lugar, do “gosto ou interesse pessoal” como motivo para ter lido literatura. Contudo, diante das respostas que apontam como motivos para a realização da leitura literária a primazia pelo gosto pessoal e o entretenimento, em franco desfavor do aprendizado como elemento motivacional, devem ser questionadas as atuais políticas públicas voltadas à leitura e ao acesso ao livro. Entendemos que a formação do leitor literário deve acontecer dentro e fora dos espaços formais de educação, mas a construção do conhecimento e de novos saberes precisam estar entre os fatores que motivam a leitura dos livros de literatura.

6 Considerações finais

A pesquisa Retratos da leitura no Brasil, em sua 6ª edição, revelou uma significativa redução no percentual de leitores entre 2019 e 2024, ampliando enormemente o desafio de promover as melhorias necessárias nos números registrados na série histórica. A redução de 6,7 milhões de leitores no país foi diagnosticada pela primeira vez na pesquisa desde sua primeira edição no ano de 2007. Melhor dizendo, os brasileiros não-leitores superaram em proporção aqueles que são considerados leitores, na medida em que 53% da população não leu sequer a parte de um livro (impresso ou digital) de qualquer gênero nos três meses anteriores à referida pesquisa.

Vale frisar que entre os entrevistados com 11 e 13 anos de idade, incluindo aqueles com 70 anos ou mais, não foi constatada a redução no percentual de leitores. Além disso, o maior percentual de leitores foi encontrado nos entrevistados pertencentes

à faixa etária de 11 a 13 anos. Entretanto, não podemos esquecer que a pesquisa considera a leitura de livros didáticos que é realizada no contexto escolar pelos estudantes, fato que pode explicar, ao menos em parte, a prevalência de leitores dentro dessa faixa etária.

Dentre os comportamentos analisados, foi possível perceber nos dados por faixa etária que a leitura motivada pelo gosto diminui na medida em que aumenta idade dos indivíduos. Entre os entrevistados de 5 a 10 anos, 38% dizem ler por esse motivo, mas esse índice varia de 31% a 34% nas faixas etárias da adolescência até o início da fase adulta que acontece por volta dos 24 anos de idade. Nas faixas etárias seguintes foi verificada uma redução na menção dessa motivação, ou seja, entre 25 e 29 anos o percentual é de 21%, para os respondentes da pesquisa que se encontram na faixa dos 30 anos o percentual é 19%, bem como continua estável para as faixas etárias que superam a idade de 40 anos no patamar de 17%.

Os entrevistados foram indagados sobre os lugares onde costumam ler livros e responderam majoritariamente (85%) que leem na sua própria residência. Por oportuno, assim diziam os antigos romanos: *domus sine libris est similis corpus sine anima*. Na língua portuguesa, esse provérbio latino afirma que uma casa sem livros é como um corpo sem alma. Não obstante, ao mesmo tempo em que consideramos satisfatório o diagnóstico da leitura realizada em casa pela maioria dos leitores, sentimos também uma certa angústia ao constatar que as salas de aula não são atualmente um lugar de leitura. Nesse sentido, o Brasil precisa urgentemente priorizar o acesso universal ao livro e instituir políticas efetivas de incentivo à leitura nas salas de aula, com ênfase na promoção da cultura escrita por meio do formidável universo das narrativas literárias. Sim, a leitura é um direito inalienável que não pode ser negado a ninguém (Candido, 1989).

Quanto ao cânone literário escolar, representado pelo singular conjunto de obras clássicas importantes, representativas de estilos, períodos e culturas, deve ser valorizado dentro dos pressupostos curriculares e oficiais de estímulo à leitura no ambiente da escola, pois “a reflexão sobre qualquer tipo de opção relativa ao já referido cânone literário escolar não poderá desligar-se desta referência às características dos documentos programáticos bem como do seu enquadramento curricular” (Costa, 2006, p. 98).

Aliás, os enormes desafios da leitura literária no Brasil envolvem a compreensão dos comportamentos e das práticas dos leitores, além do reconhecimento de que os problemas que limitam a leitura dos brasileiros decorrem de um complexo processo histórico e cultural, ou seja, a história da leitura no Brasil congrega o percurso das instituições encarregadas de patrociná-la, sendo que a principal delas é, indubitavelmente, a literatura. Quanto aos dias atuais, existem documentos oficiais do campo educacional que recomendam a leitura literária como prática fundamental de ensino e de aprendizagem, com destaque para os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (Brasil, 1997) e para a Base Nacional Curricular (Brasil, 2017).

Certamente, a leitura literária, além de constar como prática educativa essencial para o desenvolvimento da capacidade leitora tanto nos processos de alfabetização quanto nas atividades de formação de leitores críticos, integra o rol de atividades que compõe o currículo do ensino básico. Dessa forma, o aprendizado da leitura literária na vida escolar promove o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da imaginação e de outras habilidades. Todavia, lamentavelmente, existem muitos percalços e contradições no Brasil que impedem ou dificultam a universalização de um ensino de qualidade. Podemos citar a desmotivação, o desconhecimento e a falta de tempo dos próprios professores para o ensino da leitura literária. Não é uma tarefa fácil lidar com

as adversidades relacionadas com as concepções retrógradas sobre literatura, sem contar o desinteresse de parte dos alunos com a leitura, a infraestrutura escolar precária e a falta de bibliotecas.

Deveras, os resultados da 6ª. edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil apresentam indicadores críticos sobre o comportamento leitor, os quais apontam para o declínio das práticas de leitura motivadas pelo interesse de aprender e de realizar reflexões profícuas sobre questões importantes. O evidente distanciamento da educação formal com as práticas de leitura literária requer a proposição de ações exequíveis, capazes de criar novas possibilidades para viabilizar a formação de leitores no contexto escolar. Ademais, o acesso a livros literários adequados às faixas etárias e respectivos níveis de escolaridade dos estudantes depende da ação efetiva do poder público, pois a leitura não pode ser privilégio de alguns, deve constituir-se em direito de todos, dentro e fora da escola.

Ora, se o Brasil almeja tornar-se um país desenvolvido do ponto de vista social, econômico, político e cultural, deve priorizar a educação. Com esse intuito, torna-se imprescindível fazer valer a Lei 13.696, de 12 de julho de 2018 (Brasil, 2018), que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita, a qual, dentre diversas outras ações, trata da criação de políticas públicas, essencialmente relevantes, de estímulo à leitura, escrita e acesso ao livro em todo o território nacional.

Enfim, acreditamos na possibilidade da construção e consolidação de um modelo educacional inclusivo, efetivo e amplamente capaz de promover a formação do leitor literário. Para alcançar esse propósito, será necessário democratizar o acesso ao livro, fortalecer as ações de estímulo à leitura literária e promover a formação continuada em práticas de leitura literária para professores. Tudo isso deve ser feito a fim de garantir a prática da leitura como um direito inalienável e para possibilitar o exercício pleno da cidadania no âmbito de uma sociedade mais justa, inclusiva, esclarecida e democrática.

7 Referências

ALGRANTI, L. M. A. *Tabernas e botequins, cotidiano e sociabilidade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Acervo. Rio de Janeiro, 2011, v. 24, n. 2: p. 25-42.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Moderna, 1999.

AZEVEDO, Fernando (Org). *Formar leitores literários. Ideias e estratégias*. Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança / Universidade do Minho, 2018.

AZEVEDO, Ricardo. (2020). *Entre contos e recontos nos recantos da arte literária*. Literartes, [S. l.], vol. 1, nº 13, pp. 14-30. Entrevista concedida a A. L. M. Garcia e M. N. T. Vilela. DOI: 10.11606/issn.2316-9826.literartes.2020.178550. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/literartes/article/view/178550>. Acesso em: 14/09/2022.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997

BALÇA, Ângela & PIRES, Maria da Natividade Carvalho. *Literatura Infantil e Juvenil. Formação de Leitores*. Carnaxide: Santillana, 2013.

BARBOSA, Rui. *Textos selecionados*. in M. C. G. Machado, Rui Barbosa. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massanganga, 2010.

BÉRTOLO, Constantino. *O banquete dos notáveis: sobre leitura e crítica*. Tradução de Carolina Tarrío. São Paulo: Livros da Matriz, 2014.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 17. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL. *Lei n. 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita*. Texto da Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 16 agosto de 2022.

BRASIL. *Lei n. 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita*. 2018. Texto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *PNA - Política Nacional de Alfabetização*. Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/ar-quivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

CANDIDO, Antonio. *Direitos Humanos e literatura*. In: A.C.R. Fester (Org.) *Direitos humanos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CENTENO, Yvette Kace. *A Alquimia do Amor*. Lisboa, Regra do Jogo, 1986.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática / 2ª edição*. São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, Paulo Jaime Lampreia. *A literatura na escola: Estatuto, funções e formas de Legitimação*. Évora: UE (Tese de Doutorado). 2006.

FERREIRA, Lígia Fonseca. (Org). *Com a palavra, Luiz Gama: poemas, artigos, cartas, máximas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

FERREIRA, Tito Lívio. *História da educação luso-brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 22ª. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 1995.

FREITAS, Ângela Maria Xavier. *A importância do uso da Literatura como recurso facilitador no processo de aprendizagem*. Perspectivas Sociais, Pelotas, vol. 06, nº 01, p. 98-110, 2020.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 2005.

HANSEN, João Adolfo. Leituras coloniais. In.: ABREU, Márcia. (org.) *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo. FAPESP, Mercado Letras, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019*. Rio de Janeiro, 2019.

IPL - INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil*. 6ª ed. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/>

LAJOLO, Marisa. *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo. Ática, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.

MARTINS, Ana Luiza. Sob o signo da censura, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). *Minorias silenciadas*. São Paulo, Edusp, 2002

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PETIT, Michèle. *Leituras: do espaço íntimo ao público*. São Paulo: Editora 34, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, Carlos. *Didáctica da Literatura* in ADRAGÃO, José Victor; REIS, Carlos. *Didáctica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992.

RENABE. *Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências*. Organizado por Ministério da Educação e Cultura – MEC; coordenado por Secretaria de Alfabetização - Sealf – Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020. Relatório acessado em mai.2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf/RENABE_web.pdf.

ROUXEL, Annie. *Aspectos metodológicos do ensino da literatura*. In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (Orgs.). *Leitura de literatura na escola*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 17-33.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* Tradução de Carlos Felipe Moisés. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Simbolismo e interpretação*. Tradução de Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In.: ABREU, Márcia. (org.) *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo. FAPESP, Mercado Letras, 2002.

ZILBERMAN, Regina. *A leitura e o ensino da literatura*. 1ª edição. Curitiba: InterSaberes, 2012.